



Tribuna Livre

Opinião dos associados manifestada nas reuniões semanais ou em comunicações à revista, sobre problemas agrário-pecuários. (Sem responsabilidade da Sociedade ou d'A Rural) — art. 37, § único dos Estatutos da S. R. B.)

POLÍTICA CAFEIEIRA

Fomento das exportações. — Reunião semanal de debates do dia 19 de Fevereiro na S. R. Brasileira — Trabalho do Sr. Antonio Bento Ferraz, sobre a situação do café

«Inconscientemente, a política cafeeira seguida pelo atual governo enveredou por um caminho, que está causando sérias apreensões, não só àqueles que se dedicam à cafeicultura, como também à economia brasileira em geral, tão ligada, ainda, ao nosso principal produto de exportação» — declarou o sr. Antonio Bento Ferraz, durante a reunião semanal realizada pela Sociedade Rural Brasileira.

RESTRICÇÕES

E prosseguindo, pondera: «Sempre opuzemos restrições ao atual esquema cafeeiro em execução e verificamos que nunca funcionou, tendo se agravado ultimamente, com sensível diminuição de nossa exportação, em benefício dos depolpados da Colômbia do México e da América Central, bem como dos africanos, que devem estar radiantes não só com a conferência do Rio de Janeiro, que depois de uma boa semana de duração, chegou à conclusão de que a solução da superprodução cafeeira estava na expansão do seu consumo.

No acórdão do México, realmente, não foi levado em consideração o desajuste que os cafés comuns do Brasil deveriam ter em relação aos «milds», dando como resultado, estarem esses últimos sendo vendidos a preços inferiores aos brasileiros. Além disso, assumiu o Brasil o compromisso de manter inalterado até 30 de junho de 1958, o atual esquema cafeeiro, defendendo um preço mínimo através de compras, que se elevam no momento, a perto de 4 milhões de sacas nos portos do país. As nossas compras infelizmente não se limitaram aos portos nacionais, pois, é corrente a posição brasileira na Bolsa de Nova York, com recebimento de dezenas de milhares de «canudos» em dezembro e posição volumosa a ser liquidada em março futuro.

Isso tudo, somado ao golpe desferido no I. B. C. há meses atrás, com a substituição da CEAC (Comissão Executiva de Amparo à Cafeicultura) que tem como presidente nato o ministro da Fazenda e como membros o presidente do Banco do Brasil e altos funcionários do Ministério da Fazenda, e cuja finalidade de movimentar livremente os estoques em mãos do governo e os colossais fundos retirados dos ágiros, dão-nos a impressão de que a alta orientação nos negócios do café saiu do I. B. C., onde os cafeicultores podiam opinar.

PLANEJAMENTO

E' profundamente lamentável que, sendo o café o produto básico do país não tenha a sua plantaçaõ planejada, a fim de evitar o quadro estatístico atual, bastante sombrio, com sobras de 7 milhões de sacas em 30 de junho de

1957, 13 milhões em junho de 58, e talvez 20 milhões em junho de 59. Plantou-se café mesmo, indiscriminadamente, em boas e más attitudes, destruindo-se criminosamente uma reserva florestal de inestimável valor. Hoje, tem o Banco do Brasil empatado na zona nova, perto de 4 bilhões de cruzeiros e nem um níquel sequer nas zonas velhas com as plantaçoões de recuperação.

Os altos preços em ouro sustentados na gestão de Oswaldo Aranha, deram grande impulso às plantaçoões de café fora do Brasil, principalmente na África, que tendo êxito na aplicação percentual cada vez mais elevada de seus cafés nas ligas do «solúvel», elevou sua produção para quase 9 milhões de sacas anuais. Hoje, com a produção de 12 milhões de sacas entre a Colômbia e os países da América Central (Fedecame), a plena aceitação do café solúvel, bem como a criação do Mercado Comum Europeu, que facilita o consumo dos cafés coloniais nas metrópoles e que mais tarde, fatalmente, dificultará a entrada de cafés de outras procedências, precisamos convencer-nos de que não passamos de um fornecedor suplementar, tanto à Europa como para os Estados Unidos e que não comandamos mais os mercados mundiais da forma absoluta como estávamos acostumados anos atrás. Precisamos, também, não esquecer que os atuais preços em ouro são, para os africanos, um incentivo muito grande para ampliação de suas plantaçoões.

TAXA DE CAMBIO

Tem o Brasil os meios para recuperar ou pelo menos sustar a queda de suas exportações, aplicando os mesmos processos dos ministros Oswaldo Aranha e Gudin, que consistiam na alteração da taxa de câmbio do dólar-café. Se quisermos ir além, poderíamos modificar o atual sistema cambial como melhor solução, tirando o governo 35%, 40% de câmbio numa taxa X, para suas necessidades (juros e amortizações, trigo, combustíveis, etc.) e deixando o resto para ser vendido no câmbio livre. Teríamos, assim, uma baixa em ouro e talvez preços sustentados internamente em cruzeiros. Não deve ficar fora de cogitação, um novo «fundings» empréstimos volumosos, aceitando-se a realidade da situação em que nos meteram os estrategistas do café, para depois, então, admitir-nos discussões em torno de cotas de sacrificio, retenção ou coisas semelhantes. Na altura em que estamos, o remédio propugnado pela O. I. C., propaganda para expansão do consumo e também exportação para países atrás da Cortina de Ferro, não resolve, apesar de serem medidas plausíveis.

O café tem sustentado o Brasil até o presente momento. Por inépcia nossa, vil perdendo terreno dia a dia e não demorará muito o momento em que nossas necessidades vão exigir outros produtos de exportação, a fim de que o

país possa continuar sua marcha de progresso e industrialização. Olhem para outros países como o Canadá e a Venezuela que explorando o petróleo nadam em dinheiro, com moeda forte e grande prosperidade interna. O Brasil morre de sede tendo água aos seus pés, finalizou o sr. Antonio Bento Ferraz.

OPINIÃO CONTRÁRIA

O sr. Renato da Costa Lima, a seguir, louvou as preocupações do sr. Antonio Bento Ferraz, ante a situação do café, pois a sua autoridade e experiência sempre trazem uma contribuição útil à solução do problema máximo da economia nacional.

Não partilhava das apreensões do orador que o precedera, sobre a conjuntura cafeeira, em várias de suas observações. Mas, entendia que a matéria merecia ampla e livre discussão, em que as diferentes opiniões se manifestassem e novos esclarecimentos fossem aduzidos, para se atingir o objetivo por toçõas anelado.

Permitia-se, acrescentou, sugerir uma reunião informal, especialmente convocada, para tratar do caso, à qual deveriam comparecer os membros recentemente eleitos pela Sociedade Rural Brasileira, à Junta Administrativa do I. B. C., e os associados interessados. Nesse sentido iria entender-se com o Diretor do Departamento de Café da S. R. B., sr. Plínio Cavalcanti de Albuquerque.

A propósito do ponto em que o sr. Antonio Bento Ferraz se referiu à renovação racional da cultura cafeeira nas zonas velhas, podia adiantar que, em cumprimento ao decreto que criou a Comissão de Assistência à Cafeicultura, presidida pelo ministro da Fazenda, a Junta Administrativa do I. B. C., aprovou unanimemente o parecer da comissão especial, que tivera a honra de presidir, concluindo por um programa de aplicação dos ágiros cambiais, por meio de financiamentos especiais, na cultura renovação, de cafés, durante o exercício corrente de 1958.

Estava, assim, vitoriosa a campanha da Sociedade Rural Brasileira em prol da produção econômica do café no país.

O sr. Luis Piza Sobrinho, representante do governo do Estado na Junta Administrativa do I. B. C., confirmando as afirmações do sr. Renato Costa Lima, esclareceu, que fora informado pelo Presidente do I. B. C. que o ministro da Fazenda já havia ordenado a abertura do crédito necessário para a execução do programa elaborado pela Junta Administrativa, nos termos da Lei n. 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

O sr. Antonio Bento Ferraz, por fim, congratulou-se com os presentes, pelas informações e esclarecimentos trazidos pelo presidente da entidade e pelo sr. Piza Sobrinho. Quando outro mérito não tivesse a sua exposição, concluiu, havia provocado, com o aforamento do problema, não só aquelas informações, que desconhecia, como a convocação de nova reunião para o livre debate do problema que aflige os cafeicultores.

REUNIAO COM OS MEMBROS ELEITOS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DO IBC

Em reunião realizada em 6-3-58, o dr. Plínio Cavalcanti de Albuquerque, diretor do Departamento de Café da entidade, comunicou que havia sido definitivamente marcada para o dia 17, a anunciada reunião de caráter informal, reservado, entre a Diretoria da Sociedade Rural Brasileira, associados e os membros recentemente eleitos à Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café. Encareceu o orador